

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 13 de agosto de 2019 às 07h44
Seleção de Notícias

O Globo Online | BR

Pirataria

Descontrole urbano: estado atuará junto a prefeitura em fiscalização de camelôs 3
RIO | MATHEUS MACIEL

Blog do Servidor - CorreioBraziliense.com.br | DF

Pirataria

Combate à pirataria audiovisual - fraude dá prejuízo anual de R\$ 130 bilhões 7
VERA BATISTA

Migalhas | BR

Arbitragem e Mediação

Cláusula compromissória arbitral não pode ser afastada por analogia com CDC 9

Descontrole urbano: estado atuará junto a prefeitura em fiscalização de camelôs

RIO



Presença de vendedores ambulantes não cadastrados pelas ruas da cidade. Na foto camelôs que atuam no Largo da Carioca. Foto: Guito Moreto / Agência O Globo



Na foto camelôs que atuam na Av. Nossa Sra de Copacabana em frente a uma loja fechada há seis meses. Foto: Guito Moreto / Agência O Globo

Secretário de Governo, Cleiton Rodrigues, confirma início de operação de apoio na próxima segunda-feira, pela Lagoa Rodrigo de Freitas

RIO - Diante do grande número de camelôs irregulares por toda a cidade do Rio de Janeiro, o Governo do Estado pretende iniciar um trabalho integrado ao Município no ordenamento urbano. A ação de combate ao comércio ilegal começará pela Lagoa, na Zona Sul, na próxima segunda-feira em um projeto piloto. E terá muito trabalho pela frente. Ao longo de pontos espalhados na capital entre a Zona Sul e o Centro, O GLOBO flagrou nesta segunda-feira o descontrole do poder público perante os vendedores dos mais diversos produtos falsificados: tênis, roupas, jóias, alimentação, equipamentos de informática e brinquedos. E, onde há fiscalização, a reportagem flagrou agentes pegando produtos "na conta" com comerciantes. Tudo é vendido a preços mais baratos que o comércio formal pelas calçadas, disputando a clientela com os lojistas. Um estudo da Fecomércio aponta prejuízo estimado em R\$ 665 milhões à economia estadual, desviado para a **pirataria**.

De modo integrado, a operação terá a frente o novo secretário de Governo e Relações Institucionais, Cleiton Rodrigues. Os últimos detalhes estão sendo acertados nesta semana entre Ministério Público, Defensoria e o governo. A ação auxiliará tanto no recolhimento de moradores de rua e dependentes químicos quanto na retirada de camelôs não credenciados pela prefeitura.

- Espero que com toda sinceridade a Guarda Municipal atue junto ao departamento de controle urbano, do município. Atuaremos dando o suporte a todo o trabalho. A intenção é agregar ao trabalho que já é feito - afirma Rodrigues.

O secretário comenta que o planejamento teve início

Continuação: Descontrole urbano: estado atuará junto a prefeitura em fiscalização de camelôs



Dupla de agentes da Guarda Municipal foi flagrada recebendo relógio gratuitamente e colocando outro para "reparos" com camelô ilegal Foto: Matheus Maciel

após uma conversa com o governador Wilson Witzel. Segundo ele, o diálogo sobre turismo desencadeou no assunto de desordem urbana, visível nos calçadões da orla carioca e que gera incômodo a Witzel:

- Copacabana é intransitável para os turistas. Os primeiros pontos a receberem essa mega operação serão os pontos turísticos. Vamos consertar os erros que detectamos com esse projeto piloto e ir evoluindo - explica, acrescentando que a operação integrará outras secretarias - É, basicamente, um Estado Presente. Todos integrados.

O bairro "princesinha do mar" nesta segunda-feira estava repleto de ambulantes pelas calçadas, principalmente no período da tarde. A reportagem flagrou na Avenida Nossa Senhora de Copacabana o comércio ilegal instalado por vários quarteirões, mesmo com a presença de Guardas Municipais realizando rondas. Os agentes abordavam e retiravam os camelôs, e, passados alguns minutos, todos retornavam ao mesmo ponto.

- É assim diariamente. O pior é que a situação econômica piora o cenário para todos. Seria ótimo não termos essa disputa desleal, mas não vejo alternativa para eles também - comenta a comerciante Evelyn Carol.



Ambulantes na Rua do Catete disputam espaço nas calçadas e clientela com lojistas Foto: Guito Moreto / Agência O Globo

Fiscalização? "Põe na conta"

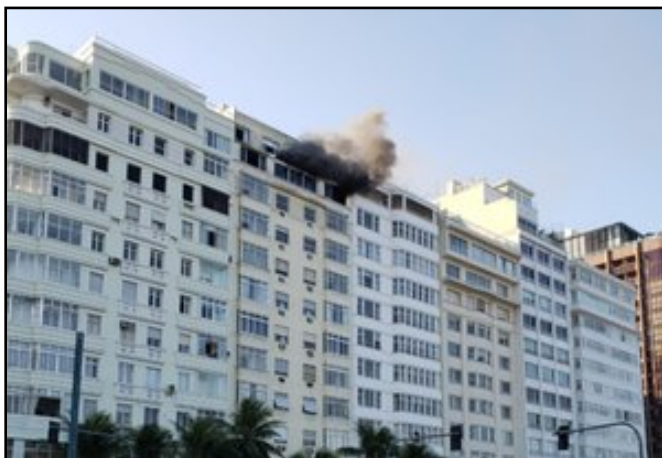
Em outro ponto, na Rua do Catete, agentes a bordo do veículo da Guarda Municipal encostaram ao lado de comerciantes ilegais e iniciaram um diálogo com um vendedor de relógios falsificados. Sem perceber a presença da equipe de reportagem, os agentes receberam um relógio de presente do comerciante e pediram o reparo de outro que estava quebrado.

- Põe na conta - disse o agente de dentro do veículo.

O comerciante, por sua vez, retrucou que daria um jeito - em tom de brincadeira. Os agentes seguiram



Continuação: Descontrole urbano: estado atuará junto a prefeitura em fiscalização de camelôs



viagem e todos os comerciantes ilegais na calçada permaneceram ali sem serem incomodados, continuando a disputar espaço nas calçadas com os pedestres e a clientela com os lojistas. Em nota, a Guarda Municipal do Rio de Janeiro disse não compactuar com a conduta e, "se comprovada, os servidores poderão ser punidos. A Corregedoria abrirá sindicância para apurar os fatos."

- Eles passam todos os dias, mas, sinceramente, não adianta muito. Está ruim para todo mundo - lamenta o empresário Marcio Barbosa da Silva, de uma loja de sapatos no Catete.

Prejuízo na conta



Um estudo realizado no início do ano pela Fecomércio aponta um prejuízo estimado de R\$ 665 milhões à economia estadual devido a **pirataria**. O levantamento aponta que 2,4 milhões de consumidores usam **produtos** piratas no estado.

- É preciso ter um entendimento que a informalidade, o jeitinho, prejudica a economia. Comprar o produto mais barato não faz bem ao estado. Isso joga o Rio de Janeiro lá para baixo. Como pode o consumidor saber que aquilo gera problemas, auxilia o crime, e continuar comprando? - questiona o economista-chefe da instituição, João Gomes.



No Largo da Carioca, no Centro, o espaço é tomado por ambulantes pelos quatro cantos. As barracas e lonas no chão trazem produtos dos mais variados. A reportagem flagrou, até mesmo, a venda de veneno para insetos, sem qualquer controle. Os comerciantes se instalam pelas redondezas diariamente e disputam espaço com os ambulantes credenciados pela prefeitura.

- É ruim de transitar, de vender, de organizar. Do jeito que fazemos hoje, eu só não abandono por ser a minha única fonte de renda. Só que poderiam melhorar o serviço e fiscalizar - disse uma ambulante regularizada que pediu para não ser identificada.

Continuação: Descontrole urbano: estado atuará junto a prefeitura em fiscalização de camelôs

Dados divulgados pela prefeitura na última quarta-feira (7) informam que o programa Ambulante Legal já regularizou a situação de cerca de 2,5 mil comerciantes populares desde agosto do ano passado. Procurada, a prefeitura não informou quantos ambulantes ilegais há pelas ruas da cidade e nem o tamanho da fila de espera pelos crachás de credenciamento.

- A organização dos ambulantes é feita de uma maneira a não causar conflito com as lojas e o comércio já estabelecido. Esse é um cuidado especial - informou a coordenadora de licenciamento e fiscalização, Dalila Brito Ferreira, na ocasião.

Combate à pirataria audiovisual - fraude dá prejuízo anual de R\$ 130 bilhões

'Gatonet' e **DVD** pirata são apenas algumas das formas desse tipo de crime

Levantamento da Câmara Técnica de Combate à **Pirataria** do Ministério da Cultura ⁽¹⁾ indica que o Brasil é o quarto país do mundo que mais consome **pirataria** audiovisual, gerando um prejuízo de R\$ 130 bilhões ao ano. Diferentemente do que muitos podem imaginar, a venda de **DVDs** piratas e operações de "gatonet" são apenas algumas das modalidades desse crime.

Para traçar um panorama geral do problema e seus desafios, os maiores especialistas em segurança de conteúdo no Brasil estarão reunidos no painel "Combate à pirataria audiovisual", que acontece das 15h40 às 17h do dia 27 de agosto dentro do 31º Congresso de Tecnologia e Negócios de Mídia e Entretenimento realizado pela SET EXPO, o maior evento de tecnologia e negócios de mídia e entretenimento da América Latina, que acontece de 27 a 29 de agosto, no São Paulo Expo.

"Principalmente após o crescimento do acesso ao streaming de vídeo na internet, a pirataria do audiovisual, que antes se restringia à venda de **DVDs** piratas e às operações "gatonet" em algumas localidades, tomou uma proporção sem precedentes. Hoje o volume de lares brasileiros que acessam TV pirata rivaliza com as maiores operadoras de Pay TV, reduzindo as receitas do setor", afirma André Felipe Teixeira, gerente de segurança de conteúdo da Globosat e moderador do painel.

Segundo explica, serão abordados vários aspectos do tema, desde os modelos ilegais encontrados e ferramentas de proteção mais eficazes, passando pela estratégia de distribuição e infraestruturas utilizadas, até os impactos na legislação e na forma de atuação das entidades públicas.

"Para combater a pirataria do audiovisual, é preciso ter uma visão mais ampla do problema. Não é só uma questão de encontrar alvos e remover o conteúdo pirata. Existem questões legais, parcerias com plataformas, com entes públicos e com provedores de infraestrutura, além do uso intensivo de tecnologia para ajudar nessa luta. Todo esse ecossistema será debatido no painel", explica o executivo.

Teixeira terá a companhia de outros três palestrantes: Anderson Torres, gerente de operações de segurança para a América Latina da Nagra; Ygor Valente, CEO da LtaHub; e Antonio Salles Teixeira Neto, consultor sênior da coordenação do núcleo antifraude da ABTA (Associação Brasileira de Televisão por Assinatura).

A expectativa da SET EXPO ao realizar o seu 31º Congresso é a de reunir 2 mil participantes que assistirão a mais de 50 painéis e 200 palestras em quatro dias de evento. Na grade de programação, há temas sobre rádio e áudio; contribuição AV e infraestrutura; inovação e tecnologias disruptivas; produção de conteúdo; distribuição audiovisual e regulatório e normatização.

Sobre o SET EXPO

Dividido em um Congresso e uma Feira, o SET EXPO é o maior evento de tecnologia e negócios de mídia e entretenimento da América Latina e um dos maiores do mundo. Este ano, só para o congresso são esperados 2 mil visitantes, e outros 15 mil visitantes na feira, provenientes de 38 países, que devem passar pelo Pavilhão Vermelho e de Convenções do Expo Center Norte para conferir as novidades das 150 empresas expositoras, que representam mais 400 marcas nacionais e internacionais. O evento acontece de 26 a 29 de agosto.

Inscrições

Continuação: Combate à pirataria audiovisual - fraude dá prejuízo anual de R\$ 130 bilhões

As credenciais para o Congresso já estão à venda e têm desconto progressivo dependendo do número de dias adquirido. A entrada na Feira é grátis.

Sobre a SET

Fundada em 1988, a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET) é uma associação sem fins lucrativos constituída por empresas, profissionais e acadêmicos cujo principal objetivo é desenvolver o conhecimento técnico e científico em toda a cadeia de meios audiovisuais, desde a criação até a entrega. Ela representa o maior fórum para a discussão de padrões e tendências para os mercados de criação de conteúdo, gestão, produção e distribuição no Brasil.

Serviço:

SET EXPO 2019

Data: Congresso: 26 a 29 de agosto | Feira: 27 a 29 de agosto

Horário: Congresso: 9h às 18h | Feira: 12h às 20h

Local: Expo Center Norte - Pavilhão Vermelho e Centro de Convenções

Endereço: Rua José Bernardo Pinto, 333 - Vila Guilherme - São Paulo- SP

Informações e credenciamento:

www.setexpo.com.br

(1) Fonte: Dados do Ministério da Cultura [click no link](#)

Informações para a imprensa:

2PRÓ Comunicação- set@2pro.com.br

Myrian Vallone- myrian.vallone@2pro.com.br

Clayton Freitas - clayton.freitas@2pro.com.br

Fernanda Abigail - fernanda.abigail@2pro.com.br

Tel. 55 (11) 3030.9435/3030. 9404

www.2pro.com.br

Julho/2019

Cláusula compromissória arbitral não pode ser afastada por analogia com CDC



A 3ª turma do STJ julgou recurso que tratou da possibilidade de afastamento de cláusula compromissória de **arbitragem**, com fundamento, por analogia, no CDC, em face da alegada hipossuficiência da empresa demandante.

No julgamento, a turma decidiu, à unanimidade, a impossibilidade de afastamento pelo juízo estatal da efeitos da cláusula compromissória de **arbitragem** em respeito ao princípio Kompetenz-Kompetenz, que significa que a discussão acerca da existência, validade e eficácia da cláusula compromissória deve ser resolvida, com primazia, pelo juízo arbitral, não sendo possível antecipar essa discussão perante a jurisdição estatal.

O caso envolveu duas empresas do complexo de atividades de exploração energética de gás. Após a rescisão de contrato para transporte de gás da Sonangol, a TPG do Brasil ajuizou ação questionando a rescisão e pleiteando indenização pelos prejuízos sofridos com a quebra do contrato.

A sentença afastou a preliminar da convenção de arbitragem prevista no contrato de adesão por entender que a disparidade econômica entre as empresas prejudicava a possibilidade de a TPG do Brasil estabelecer condições contratuais favoráveis, não

abpi.empauta.com

podendo ser presumido o seu consentimento quanto a cláusula compromissória. No mérito, a Sonangol foi condenada a indenizar a TPG do Brasil pelos custos suportados para a efetivação do contrato.

O TJ/RN manteve a sentença que julgou procedente o pedido de indenização, aplicando analogamente regras do CDC para justificar o afastamento da cláusula de arbitragem.

Prevalência arbitral

Para o relator do caso, ministro **Paulo** de Tarso Sanseverino, o TJ aplicou indevidamente as regras do CDC para afastar a prevalência da cláusula arbitral.

"*Essa* decisão apresenta-se frontalmente contrária à linha jurisprudencial desta Corte Superior, que interpreta a norma extraída do parágrafo único do artigo 8º da Lei de Arbitragem como de caráter obrigatório e vinculante, derogando-se a jurisdição estatal."

Sanseverino destacou que a alegação de nulidade da cláusula arbitral - bem como do contrato que contém essa regra - deve ser submetida, em primeiro lugar, à deliberação do juízo arbitral.

A alegada hipossuficiência, de acordo com o relator, não é razão suficiente para afastar os efeitos de cláusula de **arbitragem** existente, válida e eficaz.

"*Ressalte-se* que o contrato, mesmo padronizado, foi pactuado entre duas empresas que atuam no complexo ramo de atividades de exploração energética de gás, não sendo possível o reconhecimento da hi-

Continuação: Cláusula compromissória arbitral não pode ser afastada por analogia com CDC

possuficiência de qualquer delas para efeito de aplicação analógica do CDC, embora possa existir uma assimetria entre elas."

Processo: REsp 1.598.220

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3, 7

Arbitragem e Mediação

9